



CLIPPING



19 de
JANEIRO
2023

REPÓRTER

70

EM POUCAS LINHAS

- A Justiça estadual deferiu o pedido do Ministério Público requerendo a disponibilização de leito, pela Central de Regulação do Estado, em UTI, para atender paciente de Mãe do Rio.
- **Ele está internado com quadro de derrame pleural. O pedido foi ajuizado em uma Ação Civil Pública pela promotora de justiça de Mãe do Rio, Andressa Ávila, pela urgência médica que indica a transferência para hospital do SUS ou da iniciativa privada.**
- A Justiça deu prazo de 24 horas, a contar da intimação da decisão, ontem, e determinou multa diária de R\$ 20 mil em caso de descumprimento.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

CASO YASMIN

Defesa de Lucas vai recorrer do júri popular

CAMILA GUIMARÃES
DA REDAÇÃO

O advogado Francelino Neto, que representa Lucas Magalhães, dono e condutor da lancha na qual a influencer Yasmin Cavaleiro de Macêdo estava no dia em que morreu, concedeu entrevista exclusiva ao Grupo Liberal ontem, dia seguinte à audiência de instrução que determinou que Lucas vai a júri popular no dia 31 de maio.

Francelino se posiciona contra a decisão do júri uma vez que, segundo ele, o Ministério Público ainda tem dúvidas se, de fato, Lucas é culpado pelos quatro crimes pelos quais responde, a saber: homicídio com dolo eventual, disparo de arma de fogo, posse de arma de fogo e fraude processual. Portanto, mediante a dúvida, Francelino diz que a decisão do júri se baseou apenas em um princípio geral de conduta.

“Existe um princípio maior que diz que ‘a dúvida beneficia o réu’, por isso, não concordo com a decisão e vamos recorrer com os recursos disponíveis”, explica.

Francelino questiona todas as acusações contra o cliente que tem uma tese que pretende defender. A acusação de homicídio por dolo eventual, que pesa contra Lucas Magalhães, diz que ele teria assumido o risco de morte da jovem. No entanto, Francelino aponta que nenhuma das atitudes de Lucas teriam capacidade de levar Yasmin à morte: “Ele não tinha habilitação para pilotar a lancha, no entanto, no momento do incidente, a lancha estava parada. Então, o fato de ele não ter habilitação não se relaciona com o que aconteceu, falando especificamente da morte de Yasmin. Outra coisa que consta no processo é que na lancha não havia coletes suficien-

tes, porém, de acordo com as investigações, ninguém usava colete, o que fazia com que tivesse colete disponível para Yasmin, caso ela quisesse ter usado. Ou seja, nenhuma má conduta do Lucas está diretamente ligada à morte dela, por isso refutamos a acusação de homicídio”, explica.

Francelino comenta as acusações sobre porte e disparo de arma de fogo: “De fato, houve disparo de arma de fogo feito por Lucas, direcionado para o alto, mas o disparo foi feito por volta das 20h. Yasmin desapareceu por volta de 22h10 ou 22h20. A própria reprodução simulada dos fatos aponta que não há relação entre o disparo e o desaparecimento da jovem”.

Quanto à acusação de fraude processual, o advogado de defesa também refuta: “Foi falta de orientação da defesa de Lucas à época, que não era feita por mim. Acontece que a

lancha foi utilizada na reprodução simulada do caso, que ocorreu em duas fases: durante dois dias na primeira fase e durante um dia na segunda fase, meses depois da primeira. Nesse intervalo de tempo, Lucas não teve orientação e teria levado a lancha para uma manutenção. Ele tirou o rádio da lancha. Alguém deve ter avisado para ele que não era uma boa ideia e ele pediu para recolocar o rádio de volta. Essa foi a única alteração feita por falta de orientação da defesa dele à época”, afirma.

Francelino Neto diz que entrará com todos os recursos possíveis para a defesa de Lucas Magalhães e acredita, inclusive, que o tempo de análise dos recursos pode influenciar na data para a qual está marcado o júri popular: “provavelmente esse recurso não será julgado antes da data do júri, o que não deve acontecer”, pondera.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Quatro indiciados têm inquérito arquivado

Também ontem uma nota da defesa de Claudielly Tayara de Souza da Silva, uma das pessoas indicadas no processo que investiga a morte de Yasmin, foi publicada afirmando que Claudielly foi inocentada depois que o Ministério Público do Pará (MPPA) decidiu arquivar o inquérito por falta de provas. Segundo o documento, no dia 10 deste mês, a Justiça acolheu a decisão do MPPA. Além da acusada, Alex Teixeira do Rosário, Cecilia Souza de Souza e Barbara de Araújo Ramos estavam envolvidos no processo e foram indiciados por falso testemunho, mas depois a Justiça acatou o pedido do MPPA e determinou o arquivamento deles na ação.

Segundo promotor de Justiça César Augusto dos Santos Motta, que responde pela 9ª Promotoria de Justiça Criminal da Capital, o motivo é de

que “não há no relatório final a individualização das referidas condutas”.

Os advogados associados a Claudielly, Adrian Barbosa e Silva e André Luiz de Oliveira Pereira, assinam o documento e alegam que a cliente havia sido indiciada por fraude processual majorada, mas que não houve provas. “Chegou a ser vinculado nas mídias como se Claudielly estivesse respondendo por falso testemunho, mas na verdade, não é isso”, explica Adrian Barbosa.

O requerimento do MPPA quanto ao arquivamento do inquérito contra Claudielly da Silva, segundo nota dos advogados, foi feito no dia 15 de dezembro. No dia 10 de janeiro deste ano, o Juízo da 9ª Vara Criminal de Belém acolheu integralmente o requerimento do MPPA, determinando o arquivamento da investigação.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Operação durou cerca de oito horas

FERNANDO ASSUNÇÃO
DA REDAÇÃO

Durou cerca de oito horas, a operação de combate ao incêndio que destruiu um prédio abandonado, localizado no quilômetro 03 da rodovia BR-316, no bairro do Coqueiro, em Ananindeua, na terça-feira (17). Segundo o Corpo de Bombeiros Militar do Pará e Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, o acionamento ocorreu às 21h30 e o fogo só foi totalmente extinto às 05h15 de ontem.

Cinco viaturas de incêndio, três viaturas de apoio e 26 bombeiros participaram da operação de combate às chamas, que assustaram os moradores das 18 casas do entorno. O relatório da perícia que busca identificar as causas do sinistro deve ser apresentado em até 30 dias. Cinco dos 12 andares do edifício foram atingidos: os pavimentos 5, 6, 7, 10 e 12 foram destruídos pelo fogo. Não houve vítimas.

Moradores das proximidades já teriam procurado o Ministério Público

do Estado do Pará (MPPA) para alertar sobre os riscos do prédio abandonado.

À reportagem, moradores da área disseram que já chegaram a procurar o MPPA, mas não tiveram respostas para as questões relacionadas ao edifício abandonado. Um representante comercial de 55 anos, que preferiu não se identificar, disse que o incêndio teria começado por volta de 19h e que os problemas no prédio vão muito além do abandono. Segundo ele, o lugar virou abrigo para dependentes químicos, além de representar um risco à saúde e à segurança pública: "Animais venenosos costumam entrar aqui no residencial vindos do terreno abandonado e ainda tem as pessoas que costumam roubar".

O Grupo Liberal entrou em contato com o MP para saber se o órgão protocolou a denúncia e se identificou os proprietários do prédio para a manutenção emergencial da estrutura, mas não obteve retorno até o fechamento desta edição.



Riscos do prédio já tinham sido denunciados ao MPPA

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

RD REPÓRTER
DIÁRIO

HOMICÍDIO

O comandante da PMPA, coronel José Dilson de Souza Júnior, oficializou a exclusão da corporação do sargento Gildson Soares, “a bem da disciplina”, através da portaria de nº 0188/2023, publicada no Diário Oficial do Estado de terça-feira, 17. Gildson responde por homicídio e tentativa de homicídio de outras cinco pessoas, em junho de 2018, na cidade de Santarém. Ele disparou contra o carro onde estavam seis pessoas. Sônia da Silva Viana, 40 anos, morreu. Três pessoas ficaram feridas. Preso em Belém, o ex-sargento irá a júri popular até março deste ano pela morte de Sônia.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

FORAGIDO DESDE OUTUBRO DE 2022 HOMICIDA É CAPTURADO

Policiais prenderam um rapaz com drogas, e descobriram que havia um mandado de prisão contra ele

SEGURANÇA

J R Avelar

Policiais militares das cidades de Breu Branco e Tucuruí, na região sudeste paraense, prenderam um homem com drogas e que estava foragido da comarca de Cametá depois de matar um homem no ano passado.

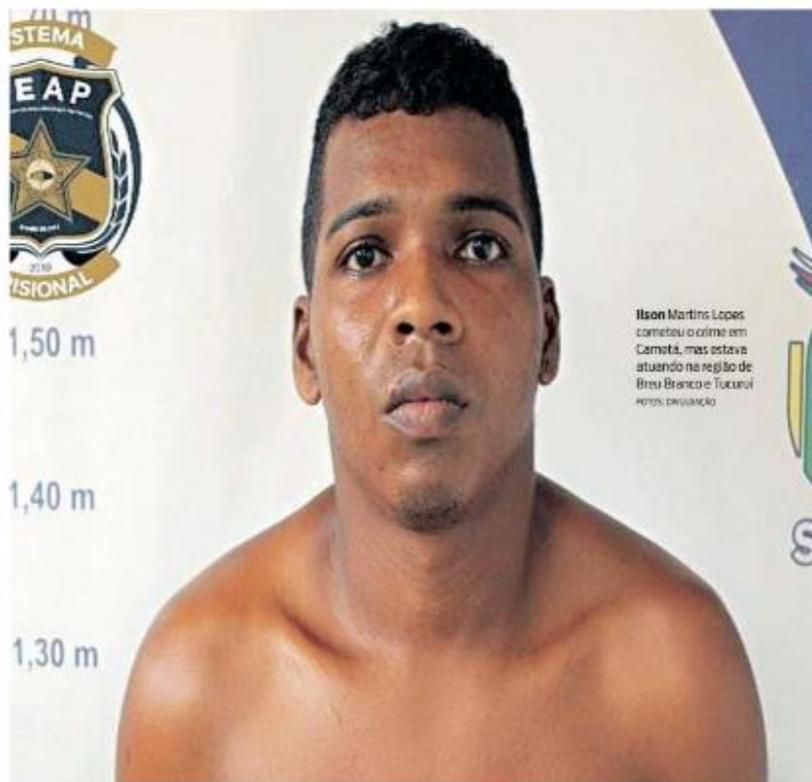
Segundo as informações, em ações de combate ao crime com policiais militares de Breu Branco e Tucuruí, Ilson Martins Lopes foi preso com uma substancial quantidade de entorpecentes que já o colocava atrás das grades pelo crime de tráfico de drogas.

Como é de praxe, os policiais o interrogaram para saber se havia algo mais sobre a vida progressa dele, o que foi negado, mas, como manda o regulamento, os militares, na posse da qualificação civil, realizaram uma checagem nos sistemas de monitoramento e inteligência das polícias locais.

No final da pesquisa se constatou que Ilson Martins Lopes estava na condição de foragido da vizinha cidade de Cametá, onde já havia um mandado de prisão expedido no dia 28/10/2022, pelo crime de homicídio.

As investigações se aprofundaram quanto a presença dele em Breu Branco e Tucuruí, e só se vinculou que o mesmo estava agindo em outras atividades criminosas ligada a facções, como associação ao tráfico naquela região paraense.

Sabedores que estavam diante de um homem de alta periculosidade, os militares fizeram sua apresentação na Polícia Civil. De Cametá vieram várias mensagens via redes sociais parabenizando os militares pelo trabalho impecável e conjunto envolvendo o 13º Batalhão e 36ª pelotão de Polícia Militar, que tirou de circulação um homem nocivo à sociedade.



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Polícia Federal recuperou os aparelhos, que pertencem à Universidade Federal do Pará
NOTA: NÃO É ABRAZÃO

PODE PEGAR PENA DE ATÉ 12 ANOS ESTAGIÁRIA FURTA TABLETS

PF prendeu um revendedor e outro se apresentou à delegacia, assim como a responsável pelo furto

ALTAMIRA

A Polícia Federal recuperou na terça-feira, 17, quatro tablets furtados da Universidade Federal do Pará (UFPA), campus de Altamira. Eles foram retirados por uma estagiária e repassados a dois revendedores, segundo a PF. Um deles foi preso em flagrante; o outro e a estagiária se apresentaram à polícia e

continuam em liberdade. Os três foram autuados, confessaram os crimes e podem ser condenados de 8 a 12 anos de prisão.

Um representante do laboratório de tecnologia da UFPA no município foi à Delegacia de Polícia Federal em Altamira para registrar o sumiço dos quatro tablets, sem sinal de arrombamento no local.

Levantamentos da equipe de investigação encontraram um anúncio na internet com apa-

relhos da mesma marca e modelo dos que foram furtados. Foi feita a prisão em flagrante de um comerciante de aparelhos eletrônicos. Com ele foram encontrados dois dos tablets da universidade.

O comerciante teria pagado R\$ 300 nos aparelhos e os revenderia por R\$ 1.200. A investigação identificou que a pessoa que forneceu os eletrônicos para o vendedor foi uma estagiária da UFPA. Ela admitiu ter furtado

os aparelhos e si-los revendido; dois para o homem preso em flagrante e mais dois para um comerciante que tem uma loja de compra e venda de celulares no camelódromo de Altamira.

O segundo receptor também foi identificado. Ele se apresentou à delegacia, devolveu um dos tablets e confirmou que vendeu o outro para uma pessoa, que também entregou de volta.

Os dois homens identificados como negociadores de eletrôni-

cos irão responder pelo crime de receptação qualificada, que ocorre quando a pessoa adquire produto de crime e o comercializa, podendo ser condenada a até 8 anos de prisão. Já a estagiária da UFPA irá responder pelo crime de peculato furto, que é quando uma pessoa ligada a administração pública subtrai o bem público em proveito próprio, podendo ser condenada a uma pena de até 12 anos de prisão. (Com informações da PF)

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



MANDADO

Mulher vai atrás do marido no hospital e termina presa

Tatiane Dias Epifania, de 28 anos, foi à unidade depois de saber que seu marido havia sido preso e ferido em ação polic

quarta-feira, 18/01/2023, 23:30 - Atualizado 18/01/2023, 23:30 - Autor: Com informações de Daniela Conduru/RBA TV



O casal foi preso na noite desta quarta-feira (18) | Daniela Conduru/RBATV

Um caso inusitado caiu nas mãos de uma equipe da Polícia Militar que realizava a recaptura de um traficante no início da noite desta quarta-feira (18) no distrito de Icoaraci, em Belém. Depois que Jhonny Duarte da Silva foi recapturado, sua esposa acabou sendo presa.

O foragido da justiça estava em um bar quando foi flagrado pelos policiais. Ao ser abordado, adotou atitude suspeita e, em seguida, sacou uma arma e disparou contra os militares, que revidaram. Jhonny foi atingido, mas posteriormente socorrido até uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) de Icoaraci.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Conhecido pela polícia por sua atuação no tráfico e pelos assaltos que cometia usando uma arma de fogo, Jhonnys recebeu atendimento médico na unidade de saúde, quando sua companheira apareceu.

Ao ter sua identidade comunicada, os policiais checaram os dados da plataforma de segurança e constataram que Tatiane Dias Epifania, de 28 anos, estava com um mandado de prisão, expedido pela Justiça, por roubo. Tatiane foi presa.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



ATAQUE CIBERNÉTICO

Peritos analisam invasão de hackers ao TJPA

Peritos criminais trabalham na rede de computadores, em Belém, e nas instalações do TJ em Santa Izabel do Pará

quarta-feira, 18/01/2023, 15:37 - Atualizado 18/01/2023, 15:37 - Autor: Ag. Pará



Computadores do Tribunal são analisados por profissionais em busca da identificação do autor do crime | Foto: Ascom / PCEPA

Peritos criminais da Gerência de Perícias de Informática (GPI), da Polícia Científica do Pará (PCEPA), foram acionados para analisar o [ataque cibernético ao sistema do Tribunal de Justiça do Pará](#) (TJ-PA), ocorrido na quarta-feira (11). A atuação da perícia foi solicitada pela Diretoria Estadual de Combate a Crimes Cibernéticos (DECCC), da Polícia Civil, após a abertura de investigação criminal.

Na sexta-feira (13), o trabalho inicial dos peritos envolveu análise do ambiente dos computadores, na sede do Tribunal, em Belém, e nas instalações do órgão localizadas no município de Santa Izabel do Pará (Região Metropolitana de

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Belém). “Estivemos reunidos com servidores da Secretaria de Informática do Tribunal, que nos repassaram informações sobre o dia do ocorrido e os problemas causados ao setor”, informou o perito criminal Marcelo Maués.



📷 Peritos analisam os computadores do Tribunal em busca da identificação do autor do crime |Foto: Ascom / PCEPA

Acesso- A perícia vai incluir também a análise dos computadores, uma vez que de acordo com a DECCC o autor do ataque cibernético teria usado a senha de um servidor para acessar o sistema do TJ-PA. “Tivemos essa informação, e ouviremos esse servidor para saber se, de alguma forma, ele foi hackeado ou se houve outra situação que motivou isso”, disse o delegado Yan Almeida, da DECCC.

Ainda de acordo com o delegado, a análise pericial será importante para a identificação do autor do ataque e sua autuação. “Confiamos no trabalho dos peritos. Que a partir da análise deles o suspeito possa ser identificado, assim como detalhar o modus operandi dele. Além disso, poderá nos subsidiar sobre outros possíveis ataques cibernéticos que ele tenha cometido”, completou Yan Almeida.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Caso Yasmin: defesa de Lucas Magalhães vai recorrer da decisão de júri popular

Lucas Magalhães está sendo acusado como responsável pela morte de Yasmin Fontes Cavaleiro de Macedo por dolo eventual.

Por g1 Pará — Belém

18/01/2023 19h29 · Atualizado há 16 horas



Lucas Magalhães, dono da lancha envolvida no caso Yasmin Fontes Cavaleiro de Macêdo, foi preso em Ananindeua. O acusado foi preso pelos crimes de homicídio por dolo eventual, fraude processual, porte ilegal de arma de fogo e disparo de arma de fogo. — Foto: Filipe Bispo / O Liberal

Após a Justiça do Pará decidir que Lucas Magalhães vai a júri popular no caso da morte da influencer Yasmin Macêdo, a defesa do réu informou nesta quarta-feira (18) que vai apresentar dentro de cinco dias um recurso contra a decisão.

Segundo o advogado criminalista Francelino Neto, a defesa vai interpor com recurso cabível porque a situação não se trata do caso ser submetido a dolo eventual.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

“A defesa entende que não existe dolo eventual. Os elementos para dolo foram desmentidos durante o decorrer do processo. São inexistentes. Sem esse dolo não é possível submeter o Lucas ao tribunal do júri”, afirma.

Agora réu, Lucas Magalhães está sendo acusado como responsável pela morte de Yasmin Fontes Cavaleiro de Macedo por suposto dolo eventual - quando se assume o risco da morte; e também por porte ilegal e disparo de arma de fogo em local habitado; e crime de fraude processual.

Francelino Neto diz que o Ministério Público não tem materialidade e indícios que Lucas Magalhães é o responsável pelo homicídio, na modalidade de dolo eventual, da influencer paraense.

Lucas foi preso em outubro de 2022 e, desde então, está na Cadeia Pública de Jovens e Adultos (CPJA), no Complexo Penitenciário de Santa Izabel do Pará.

Para o advogado do dono da embarcação, após o fim da audiência de instrução nesta última terça-feira (17), os argumentos para manter a prisão de Lucas Magalhães não se sustentam.

“Se a prisão era necessária para a garantia da instrução criminal, então não há mais motivos para ele permanecer preso. A defesa requer que a prisão seja revogada. A Juíza já pediu para o Ministério Público se manifestar sobre a soltura dele”, relata.

Francelino Neto diz que diante deste cenário qualquer decisão que não garanta a soltura de Lucas Magalhães seria uma inovação.

A juíza da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca da Capital, Sarah Castelo Branco Monteiro Rodrigues, determinou para o dia 31 de maio deste ano a sessão de julgamento, marcada para às 9h no Fórum Criminal de [Belém](#).

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

O caso



Jovem desaparece durante passeio de lancha em Belém e é encontrada morta em rio. — Foto: Reprodução / TV Liberal

Eliene Fontes, mãe de Yasmin, diz que pouco mais um ano da morte da filha "ainda não se sabe o que aconteceu". A [morte segue um mistério para família](#).

O advogado Madson Nogueira aponta que há um "pacto de silêncio" entre as 18 testemunhas que estavam na embarcação. À época da reconstituição do caso, a Polícia considerou mais de [20 versões sobre a morte](#).

Apontado como responsável pela morte, Lucas Magalhães, o dono da lancha foi preso após indícios de que ele teria assumido o risco do homicídio com dolo

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

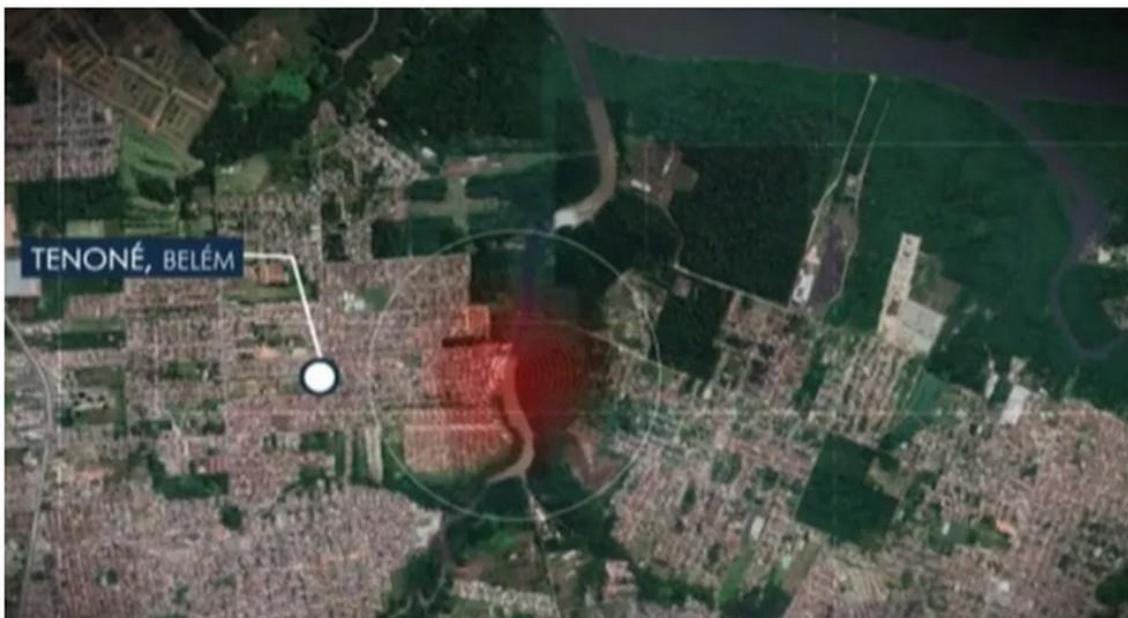
(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

eventual por não ser habilitado para conduzir a lancha e por não ter respeitado o limite máximo de passageiros. A capacidade era para 14, mas havia 19 na noite da morte de Yasmin.

Além de Lucas Magalhães, outras seis pessoas foram indiciadas no inquérito que investiga o caso, que já foi concluído e remetido à Justiça. Estes outros seis casos ainda devem tramitar em outras varas da Justiça.

Quem são os indiciados:

- Lucas Sousa Magalhães - indiciado pelos crimes de homicídio por dolo eventual, porte ilegal e disparos de arma de fogo e fraude processual;
- Euler Cunha Magalhães - indiciado por porte ilegal e disparo de arma de fogo;
- Bruno Faganelo - indiciado por disparo de arma de fogo;
- Alex Teixeira, Cecília Sousa, Claudielly Taynara de Souza, Bárbara de Araújo Ramos - indiciados por falso testemunho majorado.



Flutuante onde jovem desapareceu fica a dez minutos de marina no bairro do Tenoné, em Belém — Foto: Reprodução / TV Liberal

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

A lancha em que Yasmin estava nos últimos momentos de vida tinha outras 18 pessoas embarcadas. Durante o passeio, que durou até a noite, houve disparos de tiros.

O corpo da estudante de medicina veterinária e influencer desapareceu na noite de 12 de dezembro de 2021 e foi encontrado na tarde do dia seguinte, no rio Maguari, em Belém.

Após o crime, a Divisão de Homicídios ouviu mais de 50 depoimentos de pessoas ligadas ao passeio. As investigações policiais mostraram que existia ao menos três armas a bordo e que [oito tiros foram disparados de dentro da lancha](#), sendo dois deles pela arma pertencente a Euler Cunha, médico legista que estava no barco com Yasmin.

A mãe de Yasmin falou de um [suposto relacionamento amoroso entre a jovem e o dono da embarcação](#), Lucas Magalhães, que também estava a bordo. Já Lucas disse que conhecia Yasmin há apenas seis meses e [negou a veracidade de um relacionamento amoroso com ela](#).

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Investigação de fraudes em licitações obriga prefeita de Magalhães Barata no PA a afastar filha secretária de Finanças

Operação Fachada cumpriu mandados em investigação envolvendo peculato, associação criminosa, envolvendo servidores da prefeitura do município, e crimes licitatórios.

Por g1 Pará — Belém

18/01/2023 15h08 · Atualizado há 20 horas



Operação Fachada cumpre mandados no Pará. — Foto: Reprodução / MPPA

A mando da Justiça, a prefeita de Magalhães Barata, no nordeste do Pará, Marlene da Silvia Borges (PSD) teve que afastar, por 180 dias, a secretária municipal de Finanças, Malena Rafaela Borges Barros, filha de Marlene.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Além de Malena, o genro da prefeita também foi afastado do cargo. Ele era advogado da prefeitura do município.

O afastamento ocorre após operação do Grupo de Atuação Especializada no Combate ao Crime Organizado do Ministério Público do Pará (GAECO/MPPA), que investiga prática de peculato, associação criminosa, envolvendo servidores da prefeitura do município, e crimes licitatórios - quando há frustração do caráter competitivo de licitação e fraude em licitação ou contrato.

Segundo investigações que resultaram na operação "Fachada", deflagrada na terça-feira (17) com apoio do Grupo de Atuação Especial de Inteligência e Segurança Institucional (GSI), as denúncias apontam ainda suposto envolvimento de pessoas jurídicas e as práticas teriam ocorrido entre setembro de 2021 e junho de 2022.

Foram cumpridos 15 mandados de busca e apreensão, incluindo na sede da prefeitura de Magalhães Barata e residências em Belém, Ananindeua, São Miguel do Guamá e Santarém Novo.

Havia mandado de afastamento de função pública, sequestro e/ou indisponibilidade de bens e suspensão de contratos administrativos, segundo o MP. Em um dos locais, dois investigados ainda foram autuados por crime ambiental, pois mantinham jabutis, muçuãs e macaco em casa.

Um Procedimento de Investigação Criminal foi instaurado para apurar as denúncias. Foram apreendidos para colaborar nas investigações:

- telefones celulares, quantia em dinheiro (não informada), joias, cheques, cartões de memória e documentos físicos diversos.

Segundo o MP, os materiais devem ser submetidos a procedimento de extração de dados por parte da equipe técnica do GSI e, depois disso, analisados pela equipe de investigadores do Gaeco.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

O MP informou, também, que após o cumprimento das cautelares ordenadas pelo Juízo de Igarape-açú, as investigações prosseguem para fins de análise das evidências colhidas.

O g1 ainda não conseguiu contato com a prefeita, nem com a secretária afastada.

Gratificações indevidas

Em julho de 2022, o MP já havia expedido recomendação para impedir pagamento de gratificações indevidas a servidores do município de cargo em comissão.

Segundo as investigações, a gratificação de chefia "é incompatível, visto que o cargo já é destinado exclusivamente às atribuições de direção, chefia e assessoramento".

A recomendação foi feita nominalmente à prefeita Marlene e à secretária Malena, com prazo de dez dias para comprovações junto à promotoria.

[Leia as notícias do estado no g1 Pará](#)

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Fim do sigilo no caso Yasmin Macêdo: Justiça marca julgamento de dono da lancha, que confessou porte e disparo de arma de fogo

Lucas Magalhães é apontado como responsável pela morte de influenciadora durante passeio de lancha. Ele será julgado no próximo dia 31 de maio, no Fórum Criminal de Belém. Decisão judicial traz novos detalhes do processo, após audiência de instrução.

Por Taymã Carneiro, g1 Pará — Belém
18/01/2023 13h17 · Atualizado há 22 horas



Lucas Magalhães, dono da lancha envolvida no caso Yasmin Fontes Cavaleiro de Macêdo, foi preso em Ananindeua. O acusado foi preso pelos crimes de homicídio por dolo eventual, fraude processual, porte ilegal de arma de fogo e disparo de arma de fogo. — Foto: Filipe Bispo / O Liberal

Lucas Magalhães de Souza, dono da embarcação onde a influenciadora Yasmin Macêdo estava quando morreu em [Belém](#), confessou na [audiência de instrução na terça-feira](#) (17) porte ilegal e [disparos de arma de fogo](#) no dia da morte. A pedido do Ministério Público, agora o caso dele também sai do sigilo de Justiça e já tem data para julgamento.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Agora réu, Lucas Magalhães está sendo acusado como responsável pela morte de Yasmin Fontes Cavaleiro de Macedo por suposto dolo eventual - quando se assume o risco da morte; e também por porte ilegal e disparo de arma de fogo em local habitado; e crime de fraude processual.

- [Compartilhe esta notícia no WhatsApp](#)
- [Compartilhe esta notícia no Telegram](#)

[Yasmin Macedo era estudante de medicina veterinária e tinha 21 anos quando desapareceu](#) na noite do dia 12 de dezembro de 2021, após participar de um passeio de lancha pelo rio Maguari, em Belém. Além dela, outras 18 pessoas estavam a bordo da embarcação.

Lucas, proprietário da lancha, é apontado como principal responsável pela morte da influenciadora. Ele foi [preso em outubro de 2022](#) e, desde então, está na Cadeia Pública de Jovens e Adultos (CPJA), no Complexo Penitenciário de Santa Izabel do Pará.



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Yasmin Macêdo, de 21 anos, morreu durante passeio de lancha. — Foto: Reprodução

Na decisão, a juíza da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca da Capital, Sarah Castelo Branco Monteiro Rodrigues, pronunciou a acusação feita pela promotoria do Ministério Público do Pará (MPPA) e determinou para o dia **31 de maio** deste ano a sessão de julgamento, marcada para às 9h no Fórum Criminal de Belém. Ainda cabe recurso.

A juíza entendeu que "após análise detida dos autos, (...) existem indícios que indiquem o acusado como autor dos fatos delituosos, bem como prova de materialidade, razão pela qual deve ser denunciado (...)".

A decisão saiu após mais de dez horas de deliberações durante a audiência, com 15 depoimentos colhidos pelo Tribunal, que também considerou que os indícios de responsabilidade pela morte "encontram-se presentes, conforme depoimentos das testemunhas ouvidas".

Já a defesa de Lucas apresentou à Justiça um pedido de revogação da prisão preventiva, alegando que a medida "não sustenta em razão da fundamentação utilizada para sua manutenção", além de "não estarem presentes requisitos autorizadores da prisão preventiva, uma vez que o réu é primário, possui trabalho, residência fixa, e que uma vez solto não irá ameaçar nem perseguir testemunhas".

Sobre o pedido, o MPPA solicitou vista dos autos para se manifestar sobre o pedido da defesa, o que a juíza ainda deve para determinar mantimento ou não da prisão.

Além disso, na sua decisão, a juíza acatou um pedido do MP sobre a restrição à publicidade do inquérito, que "se fazia necessária para melhor atuação na colheita de provas". Ela considerou que foi encerrada a fase e concluída a instrução probatória, tornando o sigilo judicial não mais necessário.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

"(...) Não ratifico a restrição à publicidade (...) e, em consequência, determino a sua retirada, observadas as cautelas de lei".

Um ano de 'mistério'



Jovem desaparece durante passeio de lancha em Belém e é encontrada morta em rio. — Foto: Reprodução / TV Liberal

Eliene Fontes, mãe de Yasmin, diz que pouco mais um ano da morte da filha "ainda não se sabe o que aconteceu". A [morte segue um mistério para família](#).

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

O advogado Madson Nogueira aponta que há um "pacto de silêncio" entre as 18 testemunhas que estavam na embarcação. À época da reconstituição do caso, a Polícia considerou mais de [20 versões sobre a morte](#).

Apontado como responsável pela morte, Lucas Magalhães, o dono da lancha foi preso após indícios de que ele teria assumido o risco do homicídio com dolo eventual por não ser habilitado para conduzir a lancha e por não ter respeitado o limite máximo de passageiros. A capacidade era para 14, mas havia 19 na noite da morte de Yasmin.

- [Médico legista não percebeu se jovem caiu na água](#)

Além de Lucas Magalhães, outras seis pessoas foram indiciadas no inquérito que investiga o caso, que já foi concluído e remetido à Justiça. Estes outros seis casos ainda devem tramitar em outras varas da Justiça. Entre os crimes investigados estão porte e disparo de arma de fogo, e falso testemunha majorado.

Quem são os indiciados:

- Lucas Sousa Magalhães - indiciado pelos crimes de homicídio por dolo eventual, porte ilegal e disparos de arma de fogo e fraude processual;
- Euler Cunha Magalhães - indiciado por porte ilegal e disparo de arma de fogo;
- Bruno Faganelo - indiciado por disparo de arma de fogo;
- Alex Teixeira, Cecília Sousa, Claudielly Taynara de Souza, Bárbara de Araújo Ramos - indiciados por falso testemunho majorado.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Flutuante onde jovem desapareceu fica a dez minutos de marina no bairro do Tenoné, em Belém — Foto: Reprodução / TV Liberal

A lancha em que Yasmin estava nos últimos momentos de vida tinha outras 18 pessoas embarcadas. Durante o passeio, que durou até a noite, houve disparos de tiros.

O corpo da estudante de medicina veterinária e influencer desapareceu na noite de 12 de dezembro de 2021 e foi encontrado na tarde do dia seguinte, no rio Maguari, em Belém.

Após o crime, a Divisão de Homicídios ouviu mais de 50 depoimentos de pessoas ligadas ao passeio. O inquérito corre em segredo. No início das investigações, Eliene apontou [contradições nas declarações de quem estava na embarcação](#). Devido às contradições, o inquérito foi inclusive prorrogado pelas autoridades policiais.

As investigações policiais mostraram que existia ao menos três armas a bordo e que [oito tiros foram disparados de dentro da lancha](#), sendo dois deles pela arma pertencente a Euler Cunha, médico legista que estava no barco com Yasmin.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

A mãe de Yasmin falou de um [suposto relacionamento amoroso entre a jovem e o dono da embarcação](#), Lucas Magalhães, que também estava a bordo. Já Lucas disse que conhecia Yasmin há apenas seis meses e [negou a veracidade de um relacionamento amoroso com ela](#).

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Professora suspeita de tráfico e falsidade ideológica é presa dentro de escola em Belém; vídeo

A suspeita já teria antecedentes criminais e pode ter enganado gestores e docentes em outras escolas usando nomes falsos



O Liberal

18.01.23 17h35 - Atualizado em 18.01.23 20h49



 Sergia Brito, que se identificava como Jasmym Dias Almeida, trabalhava como professora, mas teve um mandado de prisão por tráfico de drogas cumprido nesta quarta (18) (Redes Sociais / Facebook de Jasmym Dias Almeida)

Uma professora foi presa, nesta quarta-feira (18), em uma **escola particular no bairro da Pedreira**, em Belém. Identificada como **Sergia Brito Almeida**, de 38 anos, ela é **suspeita de tráfico de drogas e de falsidade ideológica**. A abordagem foi feita pela Polícia Militar, que tentou amenizar a presença na unidade educacional, que passa por reformas. Ela costumava se apresentar como Jasmym Dias Almeida

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Sergia, até então, trabalhava como integrante do corpo docente e estava acima de qualquer suspeita. O que ninguém sabia era que pesava contra ela um mandado de prisão por tráfico de drogas. Nas redes sociais, falava com orgulho da profissão de educadora. Inclusive, há fotos dela celebrando a formatura em Pedagogia e mostrando o trabalho que desenvolvia em diferentes instituições.

Assim como na série de TV [Breaking Bad](#), na qual o professor Walter White se torna um chefe do tráfico nos Estados Unidos e passa a ser conhecido como "Heisenberg", Sergia ou Jasmym usava uma alcunha: "Penélope Chamosa".

Por nota, a Polícia Militar informou que deu cumprimento ao mandado de prisão contra a suspeita "em razão da existência de sentença penal condenatória" contra ela, que também é apontada por envolvimento com tráfico de drogas. Jasmym foi conduzida para a delegacia de Polícia Civil para a adoção dos procedimentos cabíveis.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Caso Yasmin: defesa de dono da lancha diz que vai recorrer do júri popular

Advogado de defesa diz que MP ainda tem dúvidas sobre as acusações contra Lucas Magalhães e que "dúvida beneficia o réu"



O Liberal

18.01.23 14h12



O advogado de defesa de Lucas Magalhães, dono e condutor da [lancha](#) na qual a influencer [Yasmin Cavaleiro de Macêdo](#) estava no dia em que morreu, em dezembro de 2021, concedeu **entrevista exclusiva** a [O Liberal](#) nesta quarta-feira (18), dia seguinte à **audiência de instrução** que determinou que Lucas vai a júri popular no dia 31 de maio. O advogado criminalista

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Francelino Neto decidiu se pronunciar após a **queda do sigilo** no qual o caso transcorreu até então.

Francelino se posiciona **contra a decisão do júri** que determinou que Lucas Magalhães deve ir à júri popular no próximo dia 31 de maio. Segundo ele, o [Ministério Público](#) ainda tem dúvidas se, de fato, **Lucas é culpado pelos quatro crimes pelos quais responde**, a saber: [homicídio](#) com dolo eventual, **disparo de arma de fogo, posse de arma de fogo e fraude processual**. Portanto, mediante a dúvida, Francelino diz que a decisão do júri se baseou apenas em um princípio geral de conduta:

"O processo tramita em uma Vara do Tribunal do Júri. Ele é composto de duas fases: a primeira, que decide se ele vai ou não a júri popular; e a segunda, que seria o júri popular propriamente dito. Existe um princípio que diz que, mesmo havendo dúvida na primeira fase, o caso pode ser encaminhado para a segunda fase. Mas existe um princípio maior que diz que 'a dúvida beneficia o réu', por isso, não concordo com a decisão e vamos recorrer com os recursos disponíveis", explica Francelino.

O advogado acredita que a decisão da juíza Sarah Castelo Branco Monteiro Rodrigues, que presidiu a audiência de instrução na última terça-feira (17), decorreu, possivelmente, da crença de que a defesa não fosse recorrer. No entanto, Francelino diz que **questiona todas as acusações contra o cliente** que tem uma tese que pretende defender.

Condutas de Lucas não influenciaram na morte de Yasmin, diz defesa

O advogado Francelino Neto **detalha as acusações contra Lucas Magalhães** no processo e afirma que **nenhuma delas sustenta qualquer relação direta das condutas do cliente com a [morte](#) da influencer Yasmin Macêdo**.

A acusação de **homicídio por dolo eventual**, que pesa contra Lucas Magalhães, diz que ele teria **assumido o risco de morte da jovem**. No entanto,

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Francelino aponta que **nenhuma das atitudes de Lucas teriam capacidade de levar Yasmin à morte**: "Ele não tinha habilitação para pilotar a lancha, no entanto, no momento do incidente, a **lancha estava parada**. Então, o fato de ele não ter habilitação não se relaciona com o que aconteceu, falando especificamente da morte de Yasmin. Outra coisa que consta no processo é que **na lancha não havia coletes suficientes**, porém, de acordo com as investigações, ninguém usava colete, o que fazia com que tivesse **colete disponível para Yasmin caso ela quisesse ter usado**. Ou seja, **nenhuma má conduta do Lucas está diretamente ligada à morte dela**, por isso refutamos a acusação de homicídio", explica o advogado.

Francelino também comenta as acusações sobre **porte e disparo de [arma de fogo](#)**: "De fato, **houve disparo de arma de fogo feito por Lucas, direcionado para o alto**, mas o disparo foi feito por volta das 20h. Yasmin desapareceu por volta de 22h10 ou 22h20. A própria **reprodução simulada dos fatos aponta que não há relação entre o disparo e o desaparecimento da jovem**".

Quanto à acusação de **[fraude](#) processual**, que diz que **Lucas Magalhães teria feito alterações na lancha** em que a influencer estava no dia de sua morte, de modo a atrapalhar as investigações, o advogado de defesa também **refuta**:

"Foi **falta de orientação da defesa de Lucas à época, que não era feita por mim**. Acontece que a lancha foi utilizada na reprodução simulada do caso, que ocorreu em duas fases: durante dois dias na primeira fase e durante um dia na segunda fase, meses depois da primeira. Nesse intervalo de tempo, **Lucas não teve orientação e teria levado a lancha para uma manutenção**. Ele tirou o rádio da lancha. Alguém deve ter avisado para ele que não era uma boa ideia e ele pediu para recolocar o rádio de volta. Essa foi a **única alteração feita por falta de orientação da defesa dele à época**", afirma.

Francelino Neto diz que entrará com todos os recursos possíveis para a defesa de Lucas Magalhães e acredita, inclusive, que o tempo de análise dos recursos pode influenciar na data para a qual está marcado o júri popular:

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

"provavelmente esse recurso não será julgado antes da data do júri, o que não deve acontecer", pondera.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Caso Yasmin: justiça arquiva inquérito de mais uma pessoa indiciada no processo

Claudielly Tayara de Souza da Silva foi indiciada por fraude processual majorada. Ministério Público requereu o arquivamento por falta de provas



O Liberal

18.01.23 13h28



O Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) acatou o pedido do Ministério Público do Pará (MPPA) sobre o caso (Reprodução/Redes sociais)

Nesta quarta-feira (18), uma nota da **defesa de Claudielli Tayara de Souza da Silva**, uma das pessoas **indiciadas** no processo que investiga a [morte da influencer Yasmin Macedo](#), afirma que Claudielli foi **inocentada** depois que o Ministério Público do Pará ([MPPA](#)) decidiu **arquivar o inquérito por falta de provas**. Segundo o documento, no dia 10 deste mês, a Justiça acolheu a decisão do MPPA.

Os advogados associados Adrian Barbosa e Silva e André Luiz de Oliveira Pereira assinam o documento que foi divulgado nesta quarta e detalha

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

que **Claudielly da Silva** havia sido **indiciada por fraude processual** majorada, mas que não houve provas que sustentassem a acusação.

"Chegou a ser viciado nas mídias como se **Claudielly** estivesse respondendo por falso testemunho, mas na verdade, não é isso. A fraude processual majorada é quando a pessoa insere novos elementos no fato para dificultar o trabalho das autoridades. Porém, não havia elementos de prova que confirmassem isso, por isso, o Ministério Público requereu o arquivamento do inquérito", explica o advogado **Adrian Barbosa**.

O requerimento do MPPA quanto ao arquivamento do inquérito contra **Claudielly da Silva**, segundo nota dos advogados, foi feito ainda em dezembro do ano passado, no dia 15, após "**análise minuciosa do Relatório Final do Inquérito Policial**". No dia 10 de janeiro deste ano, o Juízo da 9ª Vara Criminal de Belém acolheu integralmente o requerimento do MPPA, determinando o arquivamento da investigação.

Adrian enfatiza que, diante da decisão da Justiça, **Claudielly se torna inocente das acusações e não resta contra ela nenhum procedimento criminal**. A nota acrescenta, ainda, que **Claudielly** tinha boa conduta social, jamais faltou com a verdade durante os depoimentos e colaborou com a atuação dos órgãos do Sistema Judicial Paraense.

Outros três investigados já tiveram inquérito arquivado no caso

O Tribunal de Justiça do Pará (**TJPA**) também **acatou o pedido** do Ministério Público do Pará (MPPA) para **arquivar o inquérito** que investigava outras três pessoas indiciadas pelo **crime de falso testemunho** no processo que investiga a morte do influencer paraense **Yasmin Cavaleiro de Macedo**. São elas: **Alex Teixeira do Rosário, Cecília Souza de Souza e Bárbara de Araújo Ramos**. A decisão foi assinada pelo juiz **Marcus Alan de Melo Gomes**, da 9ª Vara Criminal de Belém, no dia 10 deste mês.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Polícia Civil prende homem investigado pelo crime de tortura no interior do Pará

POR ROMA NEWS | 19 DE JAN DE 2023, 12:06

COMPARTILHAR:



A Polícia Civil do município de Ananás, no Marajó, prendeu um homem foragido da Justiça, investigado por integrar uma associação criminosa responsável pela prática de diversos crimes no município. A prisão ocorreu nesta quinta-feira, 19, e fez parte da Operação “Disciplina Marajó”.

Durante a operação, as equipes deram cumprimento a mandados de prisão preventiva e busca e apreensão expedidos contra o investigado. Segundo as investigações, iniciadas em novembro de 2022, o suspeito é investigado pela prática do crime de tortura.

Após a prisão, o indivíduo foi encaminhado à unidade policial para os procedimentos cabíveis e ficará à disposição da Justiça.

Com informações da PC

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Caso Yasmin: defesa de Lucas Magalhães vai recorrer da decisão de júri popular

POR THAÍS NEVES | 18 DE JAN DE 2023, 17:38

COMPARTILHAR:



O dono da lancha, Lucas Magalhães, responsável pela morte de Yasmin Macêdo, vai a júri popular no dia 31 de maio deste ano. Após decisão da Justiça na última segunda-feira, 17. Em entrevista ao **Portal Roma News**, o advogado de Lucas, Francelino Neto, relatou que a defesa vai recorrer da decisão.

Segundo Francelino, a defesa recorrerá da decisão pois o crime homicídio na modalidade dolo eventual, não se sustenta. A defesa entende que há dúvida nesta fase e não pode se utilizada em desfavor do réu, pelo contrário. Então, não há outra alternativa a ser tomada.

Lucas Magalhães vai responder pelos crimes de [homicídio por dolo eventual](#), [fraude processual](#), [disparo de arma de fogo e posse ilegal de arma de fogo](#). Além dele, outras duas pessoas foram indiciadas no inquérito que investiga o caso, que já foi concluído e remetido à Justiça. Estes ainda devem tramitar em outras varas da Justiça. Os indiciados são: Euler Cunha Magalhães – indiciado por porte ilegal e disparo de arma de fogo. Bruno Faganelo – indiciado por disparo de arma de fogo.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Reprodução

Caso Gabriela Cabral: ex-PM e mais um acusado são inocentados em júri popular no interior do Pará

POR ROMA NEWS | 18 DE JAN DE 2023, 16:30

COMPARTILHAR:



O júri popular da Comarca de Novo Repartimento inocentou nesta terça-feira, 17, o ex-policial militar da Força Tática de Tucuruí, Antônio Fábio da Silva Cunha, e Jaqueline da Silva Menezes, acusados de terem cometido o homicídio da jovem Gabriela Cabral, no ano de 2016 em Novo Repartimento, no sudeste paraense.

O crime ocorreu no dia 24 de dezembro de 2016, quando 'Gaby' como era conhecida, foi vítima de disparo de arma de fogo quando estava trafegando em uma motocicleta na Rua Goiânia no bairro Vila Tucuruí. Ela foi socorrida e encaminhada para o Hospital Municipal de Novo Repartimento e logo transferida para o Hospital Regional de Tucuruí onde passou por operação, porém devido as complicações na operação veio a óbito.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Gabriela Cabral/Reprodução

Após o crime Jaqueline Menezes fugiu de Novo Repartimento, mais foi presa em Uruará dia 9 de março de 2017, a mesma chegou a cumprir 5 anos de prisão pelo crime.

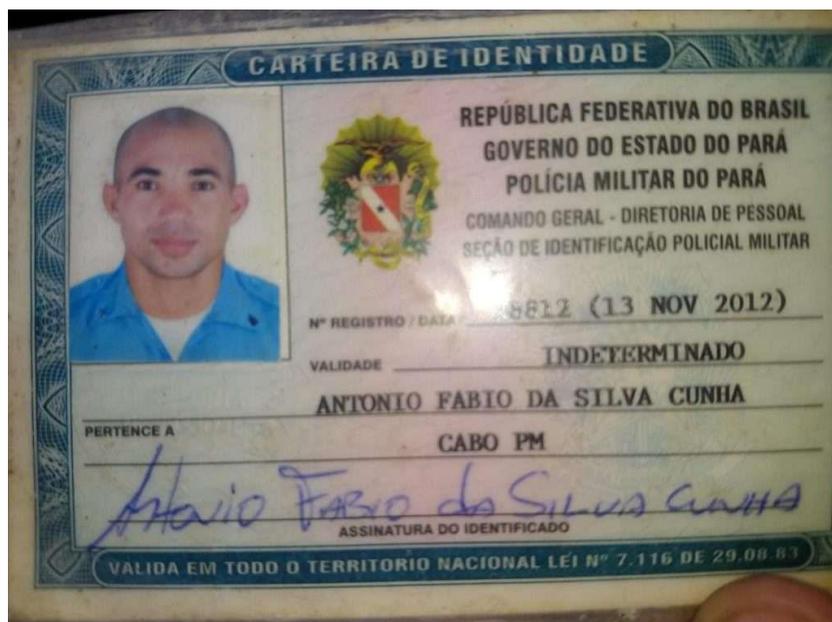
O ex-policia Militar foi preso em 7 de março de 2017. Porém, em 4 de maio de 2018 fugiu do Centro de Recuperação Especial Coronel Anastácio das Neves (CRECAN).

Antônio Fábio da Silva Cunha foi capturado em uma lanchonete em um posto de combustíveis, em Marabá. De acordo com informações, no dia 28 de setembro de 2019, por volta das 17 horas, uma Guarnição da Polícia Militar parou no posto porque Antônio, que estava no local, apresentava atitudes suspeitas.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Ao perceber a aproximação dos policiais o suspeito fugiu e, após serem realizadas buscas, foi encontrado dentro do banheiro da lanchonete que fica próxima ao posto de combustíveis. Ainda conforme o relato registrado na ocorrência, Antônio apresentou à guarnição uma carteira de identificação da PM.

O documento foi devidamente consultado no sistema e verificou-se que não tinha validade, pois Antônio foi expulso da corporação após cometer um homicídio no município de Novo Repartimento.

A guarnição da PM levou Antônio Fábio para a 21ª Seccional de Polícia Civil, em Marabá, para a realização dos procedimentos cabíveis.

Após a sentença, Jaqueline da Silva Menezes publicou em grupos de aplicativo de mensagens do Município de Novo Repartimento, uma mensagem declarando que após 5 anos pagando por um crime que não cometeu, tinha sido inocentada.

Com informações do Vanguarda

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br